



1907551

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

3

São partes nesta "Escritura Particular de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Segunda Emissão da Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A." ("Escritura de Emissão"):

I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e ofertante:

EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Buenos Aires, nº 68, sala 3.401- parte, Centro, CEP nº 20.070-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 10.476.221/0001-94, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, CEP nº 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

III. e, como terceiro garantidor:

FIGUEIREDO IMOBILIÁRIA LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Buenos Aires, nº 68, 34º Andar - parte, CEP nº 20.070-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.086.750/0001-32, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Garantidor", em conjunto com a Emissora e com o Agente Fiduciário "Partes");

Resolvem as Partes celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures ("Emissão") e a Oferta Restrita (conforme abaixo definida) são realizadas com base na deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizadas em 16 de abril de 2015 ("AGE da Emissora" e "RCA da Emissora"), as quais aprovaram os termos e condições da Oferta Restrita e a constituição das Garantias (conforme abaixo definidas).

1.2. Não obstante o disposto acima, a constituição da Garantia também foi aprovada pelo Garantidor, em Reunião de Sócios; realizada em 16 de abril de 2015 ("Reunião de Sócios do Garantidor").

2. REQUISITOS

2.1. A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

3

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907552

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

24

I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* A ata de Reunião de Sócios do Garantidor e as atas da AGE da Emissora e da RCA da Emissora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), sendo que essas últimas serão publicadas nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

II. *registro e inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá entregar 1 (uma) via original registrada da presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ao Agente Fiduciário tempestivamente após a data da efetiva realização dos referidos registros;

III. *registro para distribuição, negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos) e depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição, pelo respectivo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 15, observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17, todos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476");

IV. *dispensa de registro na CVM.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"). Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM;

V. *registro das Garantias (conforme abaixo definidas).* As Garantias deverão ser registradas na forma prevista abaixo e conforme prazos e procedimentos descritos no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária:

(i) o Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) deverá ser registrado nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos;

(ii) os respectivos instrumentos de alteração do Contrato Social da Uniporto (conforme abaixo definida) ("Alteração do Contrato Social da Uniporto") e do Estatuto Social da DS2 (conforme abaixo definida) ("Alteração do Estatuto Social da DS2", em conjunto com a Alteração Contratual da Uniporto, "Alterações dos Documentos Societários das Sociedades"), contemplando a formalização das Garantias, deverão ser arquivados nas juntas comerciais das sedes das Sociedades; e

(iii) a alienação fiduciária das ações da DS2 deverá ser averbada no livro de registro de ações nominativas da DS2, na forma de legislação aplicável ("Averbação no Livro da

2

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907553

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

DS2”).

VI. *registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)*. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e sem a utilização de prospecto, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” após a expedição de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação até o encerramento da Oferta Restrita; e

VII. *rating*. A Emissão deve necessariamente ter *rating* “BBB+” ou superior em escala nacional, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), pela agência de classificação de risco Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. (“Liberum”).

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social (i) a prospecção e pesquisa de reservas minerais de rocha para a produção de brita e areia; (ii) a produção e processamento de rocha para a produção de brita e areia para uso como agregados para a construção civil, usos industriais, pavimentação, produção de concreto ou de artefatos de concreto, ou produção de massa asfáltica; (iii) a comercialização de rocha para a produção de brita ou areia para a construção civil, usos industriais, pavimentação, produção de concreto ou de artefatos de concreto, produção de massa asfáltica ou venda destes produtos no varejo; (iv) a participação, como acionista ou quotista, em quaisquer sociedades que tenham como objeto social o disposto nos referidos itens (i), (ii), (iii); e (v) prestação de serviços conexos às atividades dispostas anteriormente.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados para (i) o pagamento do valor devido em razão da aquisição de ações representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social da DS2 (conforme abaixo definida) e de quotas representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Uniporto (conforme abaixo definida), aquisição essa realizada anteriormente à Data de Emissão (“Aquisição das Participações”); (ii) pagamento de dívida da Emissora junto à sociedade por ela controlada; e (iii) alongar o perfil da dívida e reforçar o capital de giro da Emissora e de sociedade(s) controlada(s) da Emissora.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

5.1. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação do Banco Modal S.A., instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar - parte, bloco 01, Botafogo, CEP nº 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.723.886/0001-62, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Modal” ou “Coordenador Líder”), em regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, de acordo com o “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907554

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Segunda Emissão da Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

5.1.1. Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos), observado que (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

5.1.2. Para os fins desta Escritura de Emissão, serão considerados investidores qualificados, aqueles assim definidos pela Instrução CVM 476 e pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM 409"), quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios. Complementarmente ao exposto acima, para fins exclusivos das emissões realizadas com fulcro na Instrução CVM 476: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas previstas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) (em conjunto, "Investidores Qualificados").

5.1.3. A colocação das Debêntures junto aos Investidores Qualificados será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.

5.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuaram sua própria análise sobre constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.

5.1.5. Poderá ocorrer a distribuição parcial das Debêntures, sendo que as Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de distribuição serão canceladas pela Emissora.

5.1.6. Na hipótese de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.1.5 acima, a quantidade de Debêntures emitidas será retificada por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, para refletir a quantidade de Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

5.2. *Forma e Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme abaixo definida) até a data de sua efetiva subscrição e integralização ("Data(s) de Integralização"), admitindo ágio ou deságio sobre o preço de subscrição, desde que aplicados em igualdade de condições a todos os investidores.

5.3. *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, em até 6 (seis) meses contados da data de início da distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

5.4. *Forma de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos da CETIP.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora, sendo, no entanto, sua 1ª (primeira) emissão pública.

6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor de Emissão").

6.3. *Quantidade.* Serão emitidas 4.500 (quatro mil e quinhentas) Debêntures.

6.4. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

6.5. *Séries.* A Emissão será realizada em série única.

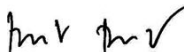
6.6. *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.7. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.8. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

6.9. *Banco Liquidante.* O banco liquidante da Emissão é o ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100, Torre Olavo Setubal, CEP nº 04.344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

6.10. *Escriturador Mandatário.* O escriturador mandatário das Debêntures é a ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04.538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"), cuja definição inclui


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907556

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão).

6.11. *Garantia de Alienação Fiduciária e Cessão Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora e o Garantidor, como alienantes e cedentes, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, celebraram, nesta data, o “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Quotas, Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária”), por meio do qual a Emissora e o Garantidor, de forma irrevogável e irretroatável, alienaram e cederam fiduciariamente e se comprometeram a alienar e ceder fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 1.361 e seguintes e do artigo 1.057 e seguintes, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”) e do artigo 66-B, § 3º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada:

I. 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão de DS2 Engenharia e Comércio S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, na Rodovia Fernão Dias, km 17, Bairro Penha, CEP nº 12.929-298, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.388.890/0001-25 (“DS2”), sendo 99.999 (noventa e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações de titularidade da Emissora e 1 (uma) ação de titularidade do Garantidor, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da DS2 (“Ações DS2”);

II. 9.300 (nove mil e trezentas) quotas de emissão de Uniporto – Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo, na Rodovia Vicente Palma, km 2, Bairro Avecuia do Alto, CEP nº 18.540-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.874.781/0001-58 (“Uniporto”, em conjunto com a DS2, “Sociedades”), sendo 9.292 (nove mil, duzentas e noventa e duas) quotas de titularidade da Emissora e 8 (oito) quotas de titularidade do Garantidor, todas com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais) cada, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Uniporto (“Quotas Uniporto”);

III. todas as ações ou quotas que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Emissora e ao Garantidor, ou seus eventuais sucessores legais ou quaisquer novos acionistas ou quotistas por meio de subscrição, por força de aumento de capital, desmembramentos ou grupamentos das Ações DS2 e das Quotas Uniporto, distribuição de bonificações, ou exercício de direito de preferência referente às Ações DS2 e às Quotas Uniporto, bem como todas as ações, quotas, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as Ações DS2 e as Quotas Uniporto, em razão de transformação, cancelamento de ações ou quotas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo as Sociedades, de forma a que a alienação e cessão fiduciária englobe, a qualquer tempo, na forma prevista nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, a totalidade do capital social da DS2 e da Uniporto (“Novas Ações ou Quotas Correlatas”, acrescidas, conforme o caso, às Ações DS2, “Ações DS2 Alienadas Fiduciariamente”, ou às Quotas Uniporto, “Quotas

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907557

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Uniporto Cedidas Fiduciariamente", todas elas em conjunto simplesmente "Ações e Quotas da Garantia";

IV. (i) todos e quaisquer dividendos ("Dividendos"), lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores de remuneração do capital relacionados às Ações e Quotas da Garantia, declarados e distribuídos à Emissora e ao Garantidor e que, por força do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, deverão ser depositados na Conta Vinculada, conforme abaixo definida (indistintamente com os Dividendos, "Remunerações das Ações e Quotas da Garantia"); (ii) todo e qualquer recurso depositado ou que venha a ser depositado e mantido na Conta Reserva (conforme abaixo definida), a ser constituída, conforme o caso, no âmbito da Emissão e na forma especificada no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária e nesta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer recurso depositado ou que venha a ser depositado na Conta Vinculada ("Depósitos"); (iii) as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos depositados na Conta Vinculada e/ou na Conta Reserva ("Aplicações"); e (iv) todos os direitos e prerrogativas inerentes às Ações e Quotas da Garantia, às Remunerações das Ações e Quotas da Garantia, Aplicações e Depósitos, bem como todos os direitos relativos à titularidade da Conta Vinculada e da Conta Reserva ("Direitos Emergentes" e, em conjunto com as Remunerações das Ações e Quotas da Garantia, com os Depósitos e com as Aplicações, "Créditos Cedidos Fiduciariamente"); e

V. todo e qualquer recurso depositado ou que venha a ser depositado na Conta Escrow (conforme abaixo definida), bem como todos os direitos e prerrogativas da Emissora inerentes à Conta Escrow ("Direitos da Conta Escrow", em conjunto com as Quotas Cedidas Fiduciariamente e com os Créditos Cedidos Fiduciariamente, simplesmente "Garantias", cada qual indistintamente uma "Garantia").

6.12. Limite Mínimo. Observado o disposto nas Cláusulas 6.12.1 a 6.12.6 abaixo, durante toda a vigência das Debêntures, ainda que haja liberação de Garantia (conforme previsto na Cláusula 6.12.4 abaixo), o total do Valor Justo (conforme abaixo definido) Ações e Quotas da Garantia deverá corresponder, em conjunto, até a liquidação integral das Debêntures e de todas as obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, ao valor de, no mínimo, 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) ("Limite Mínimo" e "Saldo Devedor", respectivamente).

6.12.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Valor Justo" significa, com relação às Ações DS2 Alienadas Fiduciariamente, o valor da DS2 apurado pela Avaliadora (conforme abaixo definida) segundo critério de fluxo de caixa descontado; e, com relação às Quotas Uniporto Cedidas Fiduciariamente, o valor da Uniporto apurado pela Avaliadora segundo critério de fluxo de caixa descontado.

6.12.2. Observado o disposto na Cláusula 6.12.6 abaixo, o Agente Fiduciário, mediante solicitação dos Debenturistas, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, e/ou a Emissora poderão, a qualquer momento, a fim de apurar o Valor Justo das Ações e Quotas da Garantia, requisitar diretamente à Apsis Consultoria Empresarial Ltda ("Apsis"), a


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

emissão de laudos de avaliação atualizados da DS2 e da Uniporto ("Avaliação").

6.12.3. Para os fins do disposto na Cláusula 6.12 acima, a Emissora poderá considerar os valores eventualmente retidos na Conta Vinculada, bem como os valores depositados na Conta Escrow e na Conta Reserva ("Valores das Contas"), a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, para os fins de cálculo do Limite Mínimo, hipótese em que os Valores das Contas serão somados ao Valor Justo, para verificação se o Limite Mínimo está sendo atendido.

6.12.4. A partir de 28 de abril de 2016, na hipótese de uma Avaliação constatar que o Valor Justo da DS2 (ou, conforme o caso, da Uniporto), quando analisado individualmente, ultrapassa o Limite Mínimo (considerando o disposto na Cláusula 6.12.3 acima), a Emissora poderá solicitar ao Agente Fiduciário, na forma prevista no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, a liberação da Garantia que recai sobre as Ações da DS2 Alienadas Fiduciariamente (ou, conforme o caso, as Quotas da Uniporto Cedidas Fiduciariamente), de forma que, a partir de então, a apuração do Valor Justo e sua relação com o Saldo Devedor passe a ser considerada apenas em relação às Quotas da Uniporto Cedidas Fiduciariamente (ou, conforme o caso, as Ações da DS2 Alienadas Fiduciariamente).

6.12.4.1. Na hipótese prevista na Cláusula 6.12.4 acima, caberá aos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral, deliberar se a liberação da Garantia recairá sobre as Ações da DS2 Alienadas Fiduciariamente ou sobre as Quotas da Uniporto Cedidas Fiduciariamente, sendo certo que (i) a critério dos Debenturistas, a liberação poderá recair tanto sobre as ações ou quotas de maior valor quanto sobre as ações ou quotas de menor valor; e (ii) a liberação não poderá recair sobre parcialidade das Ações da DS2 Alienadas Fiduciariamente ou da Quotas da Uniporto Cedidas Fiduciariamente.

6.12.5. Caso a Apsis não possa, por qualquer motivo, realizar a Avaliação, os Debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, indicar outra empresa para realizar a Avaliação (indistintamente com a Apsis, simplesmente "Avaliadora").

6.12.6. O custo da Avaliação correrá por conta da Emissora (i) sempre que requisitada mediante sua solicitação; e (ii) quando requisitada por iniciativa do Agente Fiduciário, conforme solicitado pelos Debenturistas, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, em prazo não inferior a um ano contado da última Avaliação.

6.13. *Contas.* A Emissora, o Agente Fiduciário e o Modal, na qualidade de banco custodiante, por meio do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, acordaram a abertura de conta corrente vinculada, de titularidade da Emissora, nº 15763-9, Agência nº 0001, aberta no Modal ("Conta Vinculada"), que será movimentada exclusivamente pelo Modal, de acordo com as instruções do Agente Fiduciário e na qual transitará os depósitos efetuados pelas Sociedades, realizados a título de Remunerações das Ações e Quotas da Garantia.



1907559

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

6.13.1. Os Dividendos a serem depositados pelas Sociedades na Conta Vinculada, conforme Cláusula 6.13 acima, deverão observar os seguintes valores mínimos, de acordo com o respectivo exercício social ("Expectativa Anual de Dividendos"):

I. No exercício social de 2016 (referente aos resultados do exercício social de 2015): o valor total mínimo correspondente a R\$9.172.413,52 (nove milhões, cento e setenta e dois mil, quatrocentos e treze reais e cinquenta e dois centavos);

II. No exercício social de 2017 (referente aos resultados do exercício social de 2016): o valor total mínimo correspondente a R\$12.681.148,81 (doze milhões, seiscentos e oitenta e um mil, cento e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos);

III. No exercício social de 2018 (referente aos resultados do exercício social de 2017): o valor total mínimo correspondente a R\$12.474.722,28 (doze milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos);

IV. No exercício social de 2019 (referente aos resultados do exercício social de 2018): o valor total mínimo correspondente a R\$13.168.371,46 (treze milhões, cento e sessenta e oito mil, trezentos e setenta e um reais e quarenta e seis centavos);

V. No exercício social de 2020 (referente aos resultados do exercício social de 2019): o valor total mínimo correspondente a R\$13.252.062,09 (treze milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, sessenta e dois reais e nove centavos).

6.13.2. Caso os Dividendos declarados pelas Sociedades, num determinado exercício social, não atendam à Expectativa Anual de Dividendos do referido exercício, conforme descrito acima, a Emissora deverá constituir, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados de 30 de abril do respectivo exercício ("Data de Verificação da Expectativa de Dividendos Declarados"), um fundo de reserva, composto, mantido, reforçado, complementado e liberado conforme procedimentos descritos no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária ("Fundo de Reserva").

6.13.2.1. Na hipótese de os Dividendos declarados pelas Sociedades não forem pagos em até 90 (noventa dias) contados da Data de Verificação da Expectativa de Dividendos Declarados ou da data da Assembleia Geral Ordinária de cada exercício da social das Sociedades, o que ocorrer primeiro ("Data de Verificação da Expectativa de Dividendos Pagos", em conjunto com a Data de Verificação da Expectativa de Dividendos Declarados, "Data de Verificação da Expectativa de Dividendos"), a Emissora deverá constituir, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da Data de Verificação da Expectativa de Dividendos Pagos, o Fundo de Reserva.

6.13.3. O Fundo de Reserva será depositado em uma conta vinculada de titularidade da Emissora, nº 15764-7, Agência nº 0001, aberta no Modal, conforme procedimentos descritos no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária ("Conta Reserva").

6.13.4. O Fundo de Reserva será considerado constituído, observadas as condições previstas na Cláusula 6.13.2 a 6.13.3 acima, mediante depósito, na Conta Reserva, de valor correspondente a 2 (duas) parcelas de amortização das Debêntures, acrescidas de valor

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907560

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

equivalente às 2 (duas) parcelas de Remuneração devidas nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores à respectiva Data de Verificação da Expectativa de Dividendos ("Reserva Inicial").

6.13.5. A cada exercício social subsequente à constituição do Fundo de Reserva no qual se tenha verificado novo desatendimento à Expectativa Anual de Dividendos do referido exercício, a Emissora deverá depositar, na Conta Reserva, contínua e cumulativamente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da respectiva Data de Verificação da Expectativa de Dividendos, valor correspondente a mais 2 (duas) parcelas de amortização das Debêntures, acrescidas de valor equivalente a 2 (duas) parcelas de Remuneração, devidas nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores a cada Data de Verificação da Expectativa de Dividendos ("Acréscimos de Reserva").

6.13.6. Caso, durante a vigência das Debêntures, o saldo da Conta Reserva seja igual ou superior ao Saldo Devedor, a Emissora (i) não mais depositará recursos na referida conta, independentemente do atendimento da Expectativa Anual de Dividendos, (ii) poderá, na forma do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, solicitar que sejam transferidos para a Conta de Livre Movimentação, os valores da Conta Reserva que eventualmente superarem o Saldo Devedor.

6.13.7. A Reserva Inicial e, se aplicável, os Acréscimos de Reserva, serão mantidos na Conta Reserva até que as Expectativas Anuais de Dividendos acumuladas sejam integralmente atendidas pelas Sociedades, hipótese na qual a integralidade do saldo da Conta Reserva será liberado à Conta de Livre Movimentação da Emissora (conforme abaixo definida), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de prévia notificação da Emissora ao Modal para esse fim.

6.13.8. O descumprimento, pela Emissora, de quaisquer das obrigações relacionadas ao Fundo de Reserva, conforme Cláusulas 6.13.1 a 6.13.7 acima, implicará, nos termos do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, a convocação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação acerca de reforços de garantia compatíveis com a Emissão e, em caso de desatendimento do reforço pela Emissora, a configuração de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido).

6.13.9. As Remunerações das Ações e Quotas da Garantia depositadas na Conta Vinculada serão transferidos para a Emissora e para o Garantidor, caso estejam adimplentes com todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, conforme procedimentos previstos no referido contrato.

6.14. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 28 de abril de 2015 ("Data de Emissão").

6.15. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 60 (sessenta) meses, vencendo, portanto, em 28 de abril de 2020 ("Data de Vencimento").

6.16. *Amortização do Valor Nominal.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 60 (sessenta) parcelas, sendo 59 (cinquenta e nove) parcelas

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES.
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

iguais correspondendo, cada uma, a 1,6600% (um inteiro e sessenta e seis centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures referenciado à Data de Emissão, e uma equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário na Data de Vencimento, sendo a primeira devida em 28 de maio de 2015, as seguintes no dia 28 (vinte e oito) de cada mês, e a última na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Amortização").

6.17. **Remuneração.** As Debêntures farão jus a remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente do *spread* de 4,5% (quatro inteiros cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). O Valor Nominal das Debêntures não será atualizado monetariamente.

6.17.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J: valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
VNe: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
Fator de Juros: Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI: produtório dos fatores das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907562

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

19
14

n: número total de fatores das Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
k: número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;
 TDI_k : fator da Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

, onde:

DI_k : Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

Spread: 4,500 (quatro inteiros e cinquenta centésimos); e

DP: número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- I. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- II. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- III. Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- IV. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

h
19
14

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907563

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

V. O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.17.2. A Remuneração será devida desde a Data de Emissão e será paga mensalmente, junto com as amortizações, ocorrendo o primeiro pagamento em 28 de maio de 2015, os seguintes no dia 28 (vinte e oito) de cada mês, e o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

6.17.3. O Período de Capitalização da Remuneração, para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período ("Período de Capitalização").

6.17.4. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.17.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será aplicado no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa oficial substituta que venha a ser adotada para operações similares às Debêntures a fim de preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva Automática"). Caso não seja possível a adoção da Remuneração Substitutiva Automática, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos; ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos nesta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) ("Assembleia da Remuneração") para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado ("Remuneração Substitutiva Acordada"). Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

6.17.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia da Remuneração, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907564

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

6.17.7. Na hipótese prevista na Cláusula 6.17.5 acima, caso não seja possível adotar a Remuneração Substitutiva Automática, ou caso não haja acordo sobre a Remuneração Substitutiva Acordada entre a Emissora e os Debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia da Remuneração, qual a alternativa escolhida:

I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia da Remuneração ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração relativa ao período de capitalização até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será utilizada a última Taxa DI disponível; ou

II. a Emissora deverá apresentar um novo cronograma de amortização da totalidade das Debêntures, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o novo cronograma de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa substituta a ser definida por Debenturistas reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa substituta definida na assembleia deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas). Caso a respectiva taxa substituta seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, quanto à taxa substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa (I) acima.

6.18. *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.

6.19. *Resgate Antecipado Facultativo.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, mediante notificação por escrito à totalidade dos Debenturistas e/ou publicação de "Aviso aos Debenturistas ou Comunicado ao Mercado" (nos termos da Cláusula 6.26 abaixo), ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante, à CETIP e com cópia ao Agente

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da respectiva data do evento ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo"), promover o resgate antecipado total das Debêntures (conforme abaixo definidas), com o consequente cancelamento das Debêntures objeto do resgate ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento do valor de resgate ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"), calculado conforme fórmula abaixo descrita:

$$VRA = PU + \{PU * [(P+1)^{(Pr/252)} - 1]\}$$

onde:

VRA = Valor do Resgate Antecipado Facultativo;

PU = Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração na data do Resgate Antecipado Facultativo;

P = corresponde a 0,03 (três centésimos) ao ano;

Pr = prazo residual ("Prazo Residual"), definido como a quantidade de dias úteis entre a Data de Vencimento e a data do Resgate Antecipado Facultativo.

6.19.1. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar: (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

6.19.2. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.19.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas.

6.19.4. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser em um dia útil.

6.20. *Liberação do Valor de Integralização das Debêntures.* Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures serão creditados em conta corrente vinculada de titularidade da Emissora, nº 13382-9, Agência nº 0001, aberta no Modal ("Conta de Livre Movimentação"), sendo que, na primeira Data de Integralização e, conforme o caso, nas Datas de Integralização subsequentes, o Modal transferirá para a conta corrente de titularidade da Emissora, nº 15765-5, Agência nº 0001, aberta no Modal ("Conta Escrow") a quantia equivalente a R\$11.751.099,49 (onze milhões, setecentos e cinquenta e um mil,



1907566

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

noventa e nove reais e quarenta e nove centavos), a qual será utilizada única e exclusivamente para o pagamento do valor devido em razão da Aquisição das Participações, conforme procedimentos descritos nas Cláusulas 6.20.1 a 6.20.3 abaixo.

6.20.1. No prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis que antecederem cada uma das datas de pagamento listadas no Anexo I desta Escritura de Emissão ("Data da Solicitação"), a Emissora enviará notificação ao Agente Fiduciário, com cópia para o Modal, conforme modelo de notificação prevista no Anexo II da Escritura de Emissão ("Notificação"), informando (i) a quantia que deverá ser transferida da Conta Escrow diretamente para as contas dos credores, a serem identificadas, pela Emissora, na Notificação ("Parcela do Preço de Aquisição das Participações"); (ii) planilha de cálculo da Parcela do Preço de Aquisição; e (iii) declaração dos credores de que os referidos depósitos quitam as respectivas Parcelas do Preço de Aquisição. Uma vez recepcionados os documentos previstos na presente cláusula, o Agente Fiduciário não poderá se opor à transferência mencionada.

6.20.2. Na última Data da Solicitação, ou seja, 04 de agosto de 2015, a Notificação a ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário, com cópia para o Modal, deverá (i) informar a quantia que será transferida à Emissora em razão das contingências identificadas nos contratos de compra e venda relativos à Aquisição das Participações; (ii) ser acompanhada de (ii.i) declaração dos credores que (A) estão de acordo com a retenção das contingências; (B) o valor total relativo à Aquisição das Participações encontra-se integralmente quitado; ou (ii.ii) cópia da decisão judicial definitiva de mérito que autoriza a retenção das contingências em favor da Emissora.

6.20.3. Quando recepcionada a Notificação referida nas Cláusulas 6.20.1 e 6.20.2 acima, o Agente Fiduciário, no dia útil imediatamente após a cada Data de Solicitação deverá, comunicar o Modal para que transfira a Parcela do Preço de Aquisição das Participações para as contas dos credores.

6.21. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora: As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

6.22. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907567

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

[Assinatura manuscrita]

data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor vencido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

6.23. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

6.24. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou, ainda, por meio do Escriturador Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.25. *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.25.2 a 6.25.5 e 6.25.8 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.25.6 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

I. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, desde que não sanado no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da data do respectivo inadimplemento;

II. descumprimento, pela Emissora, pelo Garantidor ou pelas Sociedades, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária que não seja regularizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário, ou por prazo maior especificamente previsto nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, conforme o caso;

III. descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;

IV. falta de pagamento de dívidas da Emissora ou do Garantidor ou descumprimento pela Emissora ou pelo Garantidor de obrigações pecuniárias não relativas às Debêntures e/ou qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado condenando ou determinando pagamento, pela Emissora ou pelo Garantidor, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), valor este a ser corrigido anualmente, desde a Data da Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor

[Assinaturas manuscritas]

[Assinatura manuscrita]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907568

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Ampla, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), e que não seja regularizada(o) ou devidamente justificado, a critério dos Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que a Emissora ou o Garantidor, conforme aplicável, sejam notificadas pelos respectivos credores ou agentes fiduciários, conforme o caso;

V. vencimento antecipado solicitado por instituição financeira de qualquer dívida da Emissora, de uma das Sociedades, e/ou qualquer Sociedade Operacional, conforme aplicável, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA, desde a Data da Emissão, desde que a dívida não seja integralmente quitada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento antecipado;

VI. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, uma das Sociedades, e/ou qualquer Sociedade Operacional, conforme aplicável, seja responsável, ainda que na condição de garantidora, e cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), valor este a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA, desde a Data da Emissão, salvo se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado ao Agente Fiduciário pela Emissora que (i) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (ii) foi apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;

VII. dissolução ou extinção da Emissora e/ou do Garantidor e/ou de uma das Sociedades, deferimento de recuperação judicial ou elaboração de plano de recuperação extrajudicial, pedido de falência formulado por terceiros não elidido no prazo legal, decretação de falência e/ou insolvência judicial da Emissora, do Garantidor, de uma das Sociedades e/ou de qualquer Sociedade Operacional, conforme aplicável;

VIII. dissolução, extinção e/ou liquidação de Sociedade Operacional, conforme aplicável, sem aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas);

IX. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações de emissão da Emissora e/ou transformação, cisão, fusão, incorporação ou incorporação de quotas ou ações de emissão da Emissora, salvo se tal alteração societária, (a) for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; ou (b) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

X. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de quotas ou ações de qualquer das Sociedades, do Garantidor, ou de qualquer Sociedade Operacional, salvo se tal alteração societária, (i) necessariamente, não resultar em redução das Garantias; e (ii) adicionalmente, (a) não resultar em troca ou compartilhamento do controle acionário, sendo o termo "controle" definido na forma do artigo 116 da Lei de Sociedades por Ações; ou (b) ter sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907569

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

XI. transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizada por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

XII. declaração e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio, resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos acionistas ("Pagamentos aos Acionistas"), caso (i) não tenha sido atendido o Índice Financeiro na última de verificação do índice que antecede à respectiva declaração e/ou pagamento ou (ii) esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado ou qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado, à exceção do dividendo mínimo obrigatório fixado no Estatuto Social da Emissora vigente na Data de Emissão;

XIII. respeitado o disposto nos incisos XV e XVI abaixo, alienação, desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, pelas Sociedades e/ou por qualquer outra Sociedade Operacional, conforme aplicável, de ativos permanentes cujo valor, individual ou agregado, considerado em relação a cada uma das Sociedades, Sociedades Operacional ou à Emissora, em um mesmo exercício social, seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), valor este, desde a Data da Emissão, a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA;

XIV. respeitado o disposto nos incisos XV e XVI abaixo, alienação, desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, pelas Sociedades e/ou por qualquer Sociedade Operacional, conforme aplicável, de ativos circulantes cujo valor, individual ou agregado, considerado em relação a cada uma das Sociedades, Sociedades Operacional ou à Emissora, seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor este a ser corrigido anualmente, desde a Data da Emissão, pela variação do IPCA, exceto a disposição de caixa e/ou equivalentes de caixa, as contas a receber e a venda de substâncias minerais realizada no curso ordinário dos negócios, em condições de mercado e em conformidade com as práticas passadas da Emissora, das Sociedades e/ou da Sociedade Operacional;

XV. salvo o disposto na Cláusula 6.25.8, decadência ou qualquer outra modalidade de extinção, alienação, cessão, desapropriação, confisco, constituição de ônus ou gravames, ou qualquer outra forma de disposição ou oneração, penhora, indisponibilidade, arrecadação, arrolamento, hipoteca judicial, ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial constitutiva, com relação a qualquer dos direitos minerários de propriedade das Sociedades abaixo relacionados ("Direitos Minerários de Propriedade das Sociedades"):

- (i) Processo DNPM nº 820.235/15;
- (ii) Processo DNPM nº 820.313/15;
- (iii) Processo DNPM nº 820.470/14; e
- (iv) Processo DNPM nº 820.494/88;

XVI. salvo o disposto na Cláusula 6.25.8, decadência ou qualquer outra modalidade de

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

extinção, alienação, cessão, desapropriação, penhora, indisponibilidade, arrecadação, arrolamento, ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial constritiva e em caráter permanente; com relação a exploração de qualquer dos direitos minerários abaixo relacionados de arrendamento das Sociedades ("Direitos Minerários de Arrendamento das Sociedades"), em conjunto com Direitos Minerários de Propriedade das Sociedades, "Direitos Minerários"):

- (i) Processo DNPM nº 800.736/74; e
- (ii) Processo DNPM nº 821.691/99;

XVII. alienação, desapropriação, confisco, constituição de ônus ou gravames, ou qualquer outra forma de disposição ou oneração; verificação de penhora, indisponibilidade, arrecadação, arrolamento, hipoteca judicial, ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial constritiva; sobre quaisquer das Garantias;

XVIII. modificação do objeto social da Emissora ou das Sociedades, exceto se (i) referida alteração estiver relacionada diretamente com o atual objeto social da Emissora, conforme descrito na Cláusula 3.1 acima, não o alterando substancialmente; ou (ii) a alteração tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

XIX. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

XX. transformação da DS2 em sociedade limitada e/ou da Uniporto em sociedade anônima, exceto se a transformação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

XXI. redução do capital social da Emissora ou das Sociedades, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

XXII. se (i) o Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária não for registrado nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos; (ii) as Alterações dos Documentos Societários não forem registradas nas juntas comerciais da sede das Sociedades; (iii) não ocorrer a Averbação no Livro da DS2; e/ou (iv) a Averbação no Livro da DS2 não for regularmente mantida durante a vigência das Debêntures;

XXIII. se, por qualquer motivo, as Garantias tornarem-se insuficientes para assegurar o pagamento das Debêntures, não sendo efetuados os reforços de garantia ou complementos de garantia pela Emissora (conforme definidos no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária);

XXIV. a alienação, total ou parcial, ou a criação de qualquer ônus, gravame ou impedimento (observado o disposto nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de



1907571

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Alienação e Cessão Fiduciária) das Ações e Quotas da Garantia;

XXV. a constatação, a qualquer momento, de qualquer falsidade ou incorreção material quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela Emissora e pelas Sociedades, conforme aplicável, nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, sem que o evento que deu causa a tal declaração ou garantia seja devidamente sanado ou justificado, a critério dos Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do envio, pelo Agente Fiduciário, de notificação prévia, por escrito sobre a verificação da falsidade /ou da incorreção;

XXVI. na hipótese de, em qualquer momento durante vigência das Debêntures, o rating concedido pela Agência de Rating (conforme abaixo definida) à Emissão, ser igual ou inferior a "BBB-", ou equivalente em escala nacional;

XXVII. caso verificada, a qualquer momento, na forma da Cláusula 6.12.2 acima, a inobservância do Limite Mínimo, não sendo efetuado os reforços de garantia ou complementos de garantia pela Emissora (conforme definidos no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária);

XXVIII. nas hipóteses de alteração ou transferência de controle do capital votante da Emissora, exceto se (i) o controle permanecer em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelos atuais controladores da Emissora; ou (ii) a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

XXIX. se a presente Escritura de Emissão ou o Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária for (i) declarado, total ou parcialmente, nulo, anulável, inválido, ineficaz ou tenha sua eficácia suspensa; (ii) validamente extinto, rescindido ou resiliado; ou, ainda, (iii) resolvido; como consequência de decisão judicial, administrativa ou arbitral de aplicabilidade imediata e as Partes não firmarem, no prazo de 15 (quinze) dias, (a) aditamento a esta Escritura de Emissão ou ao Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, conforme o caso, ou (b) novo instrumento que tenha os mesmos efeitos desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, conforme o caso, e que não seja nulo, anulável, inválido, ineficaz ou tenha sua eficácia suspensa;

XXX. se (i) o (a) "Contrato Particular de Arrendamento" celebrado, em 28 de março de 2012, entre a Jannuzzi Cecchettini & Cia Ltda. ("Jannuzzi"), como arrendante, e a DS2, como arrendatária, aditado em 25 de julho de 2013, (b) "Contrato de Arrendamento" celebrado, em 01 de abril de 2008, entre a Jannuzzi, como arrendante, e a DS2, como arrendatária, e/ou (c) "Contrato Particular de Arrendamento" celebrado, em 25 de outubro de 2010, entre o Mauro Henrique Silveira, como arrendante, e a DS2, como arrendatária, aditado em 01 de agosto de 2013 (em conjunto e indistintamente "Contrato(s) de Arrendamento") for declarado totalmente nulo, anulável, inválido, ineficaz; (ii) qualquer disposição do Contrato de Arrendamento for julgada ilegal, inválida ou ineficaz ou o referido contrato tenha sua eficácia suspensa, de forma a prejudicar a continuidade das operações das Sociedade; (iii) qualquer Contrato de Arrendamento for validamente extinto, rescindido ou resiliado; ou, ainda, (iv) qualquer Contrato de Arrendamento for resolvido;

21

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907572

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

como consequência de decisão judicial, administrativa ou arbitral de aplicabilidade imediata, e as Sociedades não firmarem, no prazo de 15 (quinze) dias, (a) aditamento ao Contrato de Arrendamento, ou (b) novo instrumento que tenha os mesmos efeitos do Contrato de Arrendamento e que não seja nulo, anulável, inválido, ineficaz ou tenha sua eficácia suspensa;

XXXI. alteração nas preferências, vantagens e condições das Ações e Quotas da Garantia, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

XXXII. revogação, decadência ou qualquer outra forma de extinção dos Direitos Minerários, que comprometam a execução do plano de negócios das Sociedades;

XXXIII. se houver contratação de empresa especializada que venha a prestar assessoria relativa à recuperação judicial da Emissora e/ou das Sociedades, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, e que, na opinião destes, possa vir a impossibilitar o cumprimento das obrigações contraídas nesta Escritura de Emissão;

XXXIV. caso a Emissora não constitua o Fundo de Reserva, na hipótese prevista nesta Escritura de Emissão e conforme procedimentos descritos no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária; ou, conforme o caso, não se tenha deliberado, até o dia 30 de abril do ano subsequente a um determinado exercício social, em assembleia-geral ordinária ou reunião ordinária de sócios da DS2 e/ou da Uniporto, a destinação de resultados do referido exercício social;

XXXV. caso descumpridas, pela Emissora, quaisquer das obrigações relacionadas ao Fundo de Reserva, conforme Cláusulas 6.13.1 a 6.13.7 acima, e, nos termos do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, não sejam prestados os reforços de garantia definidos pela Assembleia Geral de Debenturistas;

XXXVI. caso a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Pro Forma dos últimos 12 (doze) meses da Emissora, calculada com relação às demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados anualmente, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (inclusive), seja superior a 5,5 (cinco inteiros e cinquenta centésimos) ("Índice Financeiro"):

Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se (i) "EBITDA Pro Forma" o somatório: (a) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias (não deverão ser consideradas, para os fins de apuração do lucro/prejuízo, as despesas meramente contábeis, sem efeito no caixa, relativas aos planos de opção de compra de ações da Emissora), (b) das despesas de depreciação e amortização, (c) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (d) do resultado não operacional ocorrido no mesmo período ("EBITDA");, mais (e) a soma do EBITDA de

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907573

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Novos Investimentos da Emissora (conforme definidos abaixo), apurada no período compreendido entre (e.1) o início do exercício social tomado como base para o cálculo do EBITDA Pro Forma e (e.2) a data de aquisição de cada um dos Novos Investimentos; (ii) "Dívida Líquida" o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluindo mas não se limitando a captações via debêntures e empréstimos com pessoas ligadas reduzida as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras; e (iii) "Patrimônio Líquido" o patrimônio líquido contábil, deduzido do valor contábil dos ativos intangíveis.

Para os fins do disposto no parágrafo acima, (i) "Novos Investimentos" significarão as sociedades cujas participações tenham sido adquiridas pela Emissora no curso do exercício social tomado como base para o cálculo do EBITDA Pro Forma; (ii) as receitas e despesas não recorrentes integrarão o cálculo do resultado não operacional.

XXXVI. caso qualquer dos Direitos Minerários, tendo sido objeto de Relatório de Inviabilidade (conforme abaixo definido), seja: (i) cedido, alienado, onerado, adquirido ou, sob qualquer forma, transferido a uma Parte Relacionada (conforme abaixo definida) da Emissora e/ou de uma das Sociedades; (ii) extinto, por qualquer motivo, e a área poligonal respectiva, tendo caído em disponibilidade, tenha sido objeto de requerimento, perante o Departamento Nacional de Produção Mineral ("DNPM"), por qualquer Parte Relacionada (conforme abaixo definida) da Emissora e/ou das Sociedades; e

XXXVII. caso o livro de registro de ações nominativas e/ou o livro de transferência de ações nominativas da DS2 se extravie ou seja destruído, exceto na hipótese de caso fortuito ou força maior e desde que, no prazo de 30 (trinta) dias (i) o livro extraviado e/ou destruído seja devidamente substituído, refletindo todas as averbações e registros realizados nos termos deste Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária e (ii) o livro substituto seja analisado e aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas).

6.25.1. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nos incisos (I), (III), (VII), (XVII) e (XXIII) da Cláusula 6.25 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; ou (ii) ocorrendo os demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos incisos da Cláusula 6.25 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata as Cláusulas 6.25.2 e 6.25.3 abaixo, conforme o caso, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar a efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas aqui referida.

6.25.2. Na hipótese de ocorrência dos demais eventos não listados no item 6.25.1 (i) acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures ("Assembleia do Vencimento Antecipado").

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907574

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

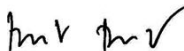
6.25.3. Caso não haja instalação da Assembleia do Vencimento Antecipado por falta de quórum, ou não exista deliberação de titulares representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas) pela não declaração de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo de até 1 (um) dia útil após a data da Assembleia do Vencimento Antecipado (ou a data em que deveria ter ocorrido a referida assembleia), nova Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures ("Nova Assembleia do Vencimento Antecipado").

6.25.4. Caso não haja instalação da Nova Assembleia do Vencimento Antecipado por falta de quórum, ou não exista deliberação de titulares representando, no mínimo, a maioria dos Debenturistas presentes na Nova Assembleia Geral, pela não declaração de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.25.5. Após a realização da Assembleia do Vencimento Antecipado ou da Nova Assembleia de Vencimento Antecipado, conforme o caso, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que (i) na Assembleia de Vencimento Antecipado, Debenturistas titulares de Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas) que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou (ii) na Nova Assembleia de Vencimento Antecipado, titulares representando, no mínimo, a maioria dos Debenturistas presentes na Nova Assembleia Geral optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, na forma da Cláusula 6.25.1 (ii), acima, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

6.25.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios (exceto no caso do evento previsto na Cláusula 25, inciso I, caso em que os Encargos Moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento referido nesta Cláusula 6.25.6 seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 1 (um) dia útil de antecedência.

6.25.7. As Debêntures objeto do procedimento descrito na Cláusula 6.25.6 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907575

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

6.25.8. Ressalvado o disposto na inciso XXXVI da Cláusula 6.25 acima, não constituirá Evento de Vencimento Antecipado, a extinção, alienação, cessão, ou qualquer outra forma de disposição de Direito Minerário relativo a alvarás de pesquisa cujo relatório final dos trabalhos de pesquisa apresentado ao DNPM constatar, em caráter conclusivo, a impossibilidade da exequibilidade técnico-econômico da lavra ("Relatório de Inviabilidade").

6.25.8.1. A Emissora e as Sociedades deverão apresentar ao Agente Fiduciário os relatórios de pesquisas relacionados aos Direitos Minerários, no prazo de até 90 (noventa) dias anteriores à data final de apresentação do relatório ao DNPM.

6.25.9. Para fins do disposto nesta Escritura de Emissão, são consideradas "Sociedades Operacionais" a seguintes sociedades controladas pela Emissora:

I. Amazônia Mucajá Mineração Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.243.002/0001-50, com sede na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, na Rodovia BR 174, Km 134, Sala 01, Fazenda Joel, Zona Rural, CEP 69735-000;

II. Britasul Indústria EeMineração Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.372.140/0001-06, com sede na Cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na Rua Antonio Scodeler, nº 3.455, Conjunto 01, Faisqueira, CEP 37.550-000;

III. Serobrita Mineração Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.493.979/0001-51, com sede no Município de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, na Antiga Estrada Rio – São Paulo, nº 27, Km 51, Fazenda Caxias, CEP 23890-000;

IV. Mineração Nova Petrópolis Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.785.060/0001-05, com sua sede social na Estrada Municipal Linha Temerária, S/N, Parte, Vale do Rio Cai, Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, CEP 95.170-990; e

V. Quartziti Mineradora Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.461.800/0001-26, com sede na BR-070, KM-53, S/N, à direita 2 KM, Fazenda Facão, Local Pastinho, Caixa Postal 29, Corumbá de Goiás, Estado de Goiás, CEP: 70.960-000.

6.26. *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, (i) vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, e que (ii) por força de Lei e/ou da presente Escritura de Emissão, devam ser levados à conhecimento dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas ou Comunicado ao Mercado" nos jornais normalmente utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, quais sejam, na data desta Escritura de Emissão, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e jornal "Diário do Comércio". Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

6.27. *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907576

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

I. para a Emissora:

EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.
Rua Buenos Aires, 68, sala 3.401- parte
CEP 20.070-900 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Ivo Pereira
Telefone: +55 (21) 3916-7901
Correio Eletrônico: ivo.pereira@ebam.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304
CEP 22.640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: +55 (21) 3385-4565
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustec.com.br

III. para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar
CEP 04538-132 São Paulo, SP
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: +55 (11) 2797-4441
Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

IV. para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal
CEP 04344-902 São Paulo, SP
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: +55 (11) 2797-4441
Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

V. para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar
01452-001 São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: +55 (11) 3111-1596
Fac-símile: +55 (11) 3111-1559
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

6.27.1. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

6.27.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

6.27.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 6.27.1 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

6.28. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados através CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento não coincidir com dia útil, sendo "dia útil", considerado, para esses fins, dias não declarados como feriados nacionais, e/ou que não sejam sábados ou domingos.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. A Emissora está obrigada a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) dentro de, no máximo, 3 (três) meses contados do término de cada exercício social, cópia dos demonstrativos financeiros consolidados e auditados anuais completos da Emissora, acompanhados de parecer da Auditora Independente (conforme abaixo definida), demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ("Demonstrativos Anuais"), os quais deverão, ainda, ser divulgados através de sua página na rede mundial de computadores;

(ii) cópia dos demonstrativos financeiros trimestrais consolidados da Emissora, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ("Demonstrativos Trimestrais"), e fornecidos ao Agente Fiduciário até 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social;

(iii) juntamente com os Demonstrativos Anuais e os Demonstrativos Trimestrais, (i) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907578

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e (c) que não foram praticados atos em desacordo com os respectivos atos constitutivos, bem como relatório específico de apuração do Índice Financeiro mencionados na Cláusula 6.25, inciso XXXV, elaborado pela Emissora, com a memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento do referido Índice Financeiro, sob pena de impossibilidade de verificação pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou a Auditora Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(iv) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, inclusive os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório previsto no item (viii) abaixo, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;

(v) dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.26 acima;

(vi) "Avisos aos Debenturistas" e fatos relevantes que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

(vii) informações sobre qualquer descumprimento, de natureza não pecuniária, de quaisquer Cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do conhecimento do descumprimento pela Emissora, sem prejuízo do disposto no inciso VI abaixo;

(viii) organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora no prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social;

(ix) relatórios e estudos internos das Sociedades que tenham sido produzidos ou venham a ser produzidos em decorrência de pesquisa ou lavra abrangida pelos Direitos Minerários e que, de algum forma, impactem ou venham impactar, de forma negativa, os planos de negócios de qualquer uma das Sociedades;

(x) conforme aplicável, com relação à Emissora e/ou às Sociedades, todas as atas de assembleia geral, reuniões de sócios, reuniões do conselho de administração, reuniões do conselho fiscal e reuniões da diretoria; todas as alterações estatutárias e alterações dos respectivos contratos sociais; todos os novos acordos de acionistas e outros pactos parassocetários, ou os aditivos e emendas aos acordos de acionistas e outros pactos

28

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907579

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

[Handwritten signature]

parassocietários relacionados aos acionistas da Emissora ou aos quotistas das Sociedades; cuja deliberação seja relacionada às Debêntures ou aos Debenturistas, em qualquer caso, que venham a ser lavradas, aprovadas ou celebrados em data posterior à desta Escritura de Emissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, ou, ainda, da data em que forem assinadas, o que ocorrer primeiro, conforme aplicável; e

(xi) todos os demais documentos que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se expressamente a enviar ao Agente Fiduciário;

II. submeter, na forma da lei, as contas e balanços consolidados da Emissora a exame por quaisquer das seguintes empresas de auditoria independente registradas na CVM: KPMG, Deloitte, Pricewaterhouse Coopers ou Ernst & Young ("Auditora Independente");

III. disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;

IV. disponibilizar aos seus sócios e aos Debenturistas as demonstrações financeiras consolidadas das Sociedades elaboradas e aprovadas na forma prevista no Código Civil;

V. convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, não o faça;

VI. informar ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) dias úteis da sua ocorrência, qualquer Evento de Vencimento Antecipado;

VII. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

VIII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

IX. fazer com que as Sociedades não realizem operações fora do seu objeto social, observadas as disposições do seu Contrato Social, legais e regulamentares em vigor;

X. não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*;

XI. somente (i) realizar operações com Partes Relacionadas e (ii) fazer com que as Sociedades realizem operações com Partes Relacionadas a taxas e condições de mercado. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Partes Relacionadas" significam: (a) os acionistas ou sócios da Emissora, das Sociedades ou de suas subsidiárias; (b) todas e quaisquer sociedades direta ou indiretamente controladoras de, controladas por ou coligadas à Emissora, às Sociedades ou às suas respectivas subsidiárias, à qualquer acionista ou sócio da Emissora, das Sociedades ou de suas respectivas subsidiárias; (c) o administrador, sócios, empregados e consultores da Emissora, das Sociedades, das suas respectivas subsidiárias, das suas controladas ou das coligadas; (d) o cônjuge ou parente até o terceiro grau de qualquer acionista, sócio ou administrador da Emissora, das Sociedades ou de suas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907580

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

32
32
32

respectivas subsidiárias; ou (e) qualquer pessoa jurídica que seja controlada, direta ou indiretamente, por qualquer acionista, sócio ou administrador da Emissora, da Sociedade ou de suas subsidiárias ou seus respectivos cônjuges ou referidos parentes;

XII. notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer deliberação dos acionistas da Emissora relativa a Pagamentos aos Acionistas; e de qualquer deliberação dos acionistas e quotistas das Sociedades, conforme o caso, relativa a resgate de ações, quotas, distribuição de dividendos juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento aos acionistas ou quotistas ("Pagamento aos Acionistas ou Quotistas das Sociedades"); sendo certo que referida notificação deverá ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para qualquer Pagamento aos Acionistas ou Quotistas das Sociedades, conforme o caso;

XIII. notificar em até 2 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora ou das Sociedades que, efetiva ou potencialmente, (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora ou pelas Sociedades, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, do Contratos de Cessão Fiduciária e das Debêntures, conforme o caso; (ii) impossibilite ou dificulte de forma relevante a excussão e/ou a preservação do valor das Garantias; (iii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora ou das Sociedades, conforme o caso;

XIV. notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer fato relevante relacionado aos Direitos Minerários, ao Contrato de Arrendamento, que possa comprometer, de qualquer forma, as Garantias;

XV. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com os Contratos Sociais das Sociedades e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

XVI. cumprir e fazer com que as Sociedades cumpram, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

XVII. manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário;

XVIII. efetuar o pagamento ou o reembolso de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, cujos valores tenham sido previamente aprovados pela Emissora, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

30

32
32
32

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907581

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

XIX. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;

XX. anualmente, até o dia 28 de abril de cada ano ("Data de Atualização"), atualizar o *rating* da Emissão enviando o respectivo relatório final, a ser elaborado pela Liberum, ou outra agência de classificação de risco que a suceda, conforme previamente aprovada pelos Debenturistas ("Agência de Rating"), em até 5 (cinco) dias contados da Data de Atualização;

XXI. obter e manter válidas e eficazes, bem como renovar, quando necessário, todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas à pesquisa ou ao aproveitamento econômico dos Direitos Minerários listados nesta Escritura de Emissão, essenciais para o plano de negócios das Sociedades;

XXII. não modificar ou permitir que se modifiquem as áreas, poligonais, ou substâncias minerais compreendidas pelos Direitos Minerários ou os seus respectivos planos de aproveitamento econômico ("PAE"); não requerer ou permitir que se realize desmembramento e agrupamento de processos minerários envolvendo qualquer dos Direitos Minerários, exceto se as modificações referidas neste inciso (i) forem exigidas, em caráter final e irreversível, pelo DNPM ou (ii) não originarem prejuízos no processo de exploração dos Direitos Minerários ou alteração substancial no plano de negócios de qualquer uma das Sociedades;

XXIII. providenciar ou fazer com que as Sociedades providenciem as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis a tempo e modo, visando à manutenção qualitativa e quantitativa das Garantias; e não permitir, por si ou pelas Sociedades, com relação a qualquer dos Direitos Minerários, a decadência ou qualquer outra modalidade de extinção, alienação, desapropriação, confisco, constituição de ônus ou gravames, ou qualquer outra forma de disposição ou oneração, penhora, indisponibilidade, arrecadação, arrolamento, hipoteca judicial, ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial constritiva;

XXIV. durante a vigência desta Escritura de Emissão, pagar (ou fazer com que as Sociedades paguem) todos os impostos, taxas, contribuições, tarifas, *royalties*, tributos e quaisquer outros encargos ou cobranças incidentes ou que vierem a ser criados sobre os Direitos Minerários, bem como praticar todos e quaisquer atos necessários à conservação dos Direitos Minerários;

XXV. fazer com que as Sociedades se defendam, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar os Direitos Minerários;

XXVI. autorizar o Agente Fiduciário, ou qualquer terceiro por ele indicado, a inspecionar os Direitos Minerários e toda a documentação a eles relacionada, a qualquer hora durante o horário comercial, mediante notificação enviada com antecedência, não inferior a 10 (dez) dias;

XXVII. entregar ao Agente Fiduciário laudo de avaliação atualizado das Ações DS2 e das

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907582

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Quotas Uniporto, firmado por uma Avaliadora, na forma prevista na Cláusula 6.12.2 acima;

XXVIII. não alienar, sob qualquer forma, total ou parcialmente, ou criar qualquer ônus, gravame ou impedimento (observado o disposto nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária) as Ações e Quotas da Garantia;

XXIX. fazer com que os seus órgãos societários, bem como os órgãos societários das Sociedades cumpram as respectivas obrigações constantes desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, bem como dos demais documentos relacionados à Emissão;

XXX. fazer com que as Sociedades não paguem quaisquer das Remunerações Ações e Quotas da Garantia com bem distintos de dinheiro, em especial, sem qualquer limitação, sob a forma de dividendos *in natura*;

XXXI. instruir as Sociedades para que depositem as Remunerações das Ações e Quotas da Garantia única e exclusivamente na Conta Vinculada; recusar todo e qualquer pagamento de Remunerações das Ações e Quotas da Garantia que ocorra por forma distinta; e transferir em até 1 (um) dia útil à Conta Vinculada qualquer quantia das Remunerações das Ações e Quotas da Garantia que, eventualmente, lhe tenha sido disponibilizada em conta distinta da Conta Vinculada;

XXXII. fazer com que as Sociedades não distribuam Dividendos de forma antecipada, sem a anuência expressa do Debenturistas;

XXXIII. manter atualizados e em boa ordem os livros e registros societários da DS2, nos termos da legislação aplicável.

7.1.1. O envio dos relatórios ao Agente Fiduciário, conforme previstos nas Cláusulas 6.25.9 e 7.1, I, (ix), bem como os Demonstrativos Trimestrais previstos na Cláusula 7.1, I, (ii), prestar-se-ão apenas para fins de arquivo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade do Agente Fiduciário, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo.

7.2. As despesas a que se refere o inciso XVIII da Cláusula 7.1 acima deverão ser previamente aprovadas pelas Emissora e compreenderão, entre outras, as seguintes:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, despesas cartorárias, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- II. emissão de certidões, envio de documentos, fotocópias e digitalizações;
- III. contatos telefônicos e/ou *conference call*;
- IV. despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907583

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

60
6
35
/

estritos interesses dos Debenturistas.

7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma do inciso XVIII da Cláusula 7.1 acima será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.4. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas por escrito e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que, sempre que possível, por ela aprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência, sem prejuízo da obrigação da Emissora de pagar tais despesas.

7.5. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- II. submeter suas demonstrações financeiras à Auditora Independente;
- III. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer da Auditora Independente, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- IV. manter os documentos mencionados no inciso III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- V. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, enviando em até 5 (cinco) dias úteis o fato relevante ao Agente Fiduciário; e
- VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

2
/

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907584

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

[Handwritten signature]

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;

II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;

IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

VI. verificou, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;

VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;

VIII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

IX. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

X. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e

XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.

8.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

8.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.

8.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.7. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.8. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERJA junto com a presente Escritura de Emissão.

8.9. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.26 acima.

8.10. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

8.11. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

8.12. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:



1907586

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

I. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(i) Para a prestação de serviços de Agente Fiduciário, serão devidas parcelas anuais no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura desta Escritura de Emissão e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes;

(ii) A remuneração devida ao Agente Fiduciário será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela de que trata esta Cláusula, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário;

(iii) A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (a) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS"); (b) Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"); (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"); e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda ("IR"), nas alíquotas vigentes correspondentes ao pagamento; e

(iv) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos (a) a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive as despesas pagáveis pela Emissora nos termos do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega de cópia dos documentos comprobatórios, desde que referidas despesas sejam previamente aprovadas pela Emissora;

8.13. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papeis relacionados com o exercício de suas funções;

IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;

V. promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907587

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Handwritten signature and initials.

respectivos aditamentos na JUCERJA, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;

VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

VIII. verificar (i) a regularidade da constituição das Garantias, mediante verificação do registro do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme previsto no respectivo contrato; (ii) arquivamento das Alterações dos Documentos Societários nas respectivas juntas comerciais e (iii) a validade e exequibilidade do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária;

IX. intimar a Emissora a reforçar as Garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

X. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora ou das Sociedades, bem como das demais comarcas em que a Emissora e/ou as Sociedades exerçam suas atividades;

XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora e/ou nas Sociedades;

XII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.26 acima;

XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

XIV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora, conforme aplicável;

(ii) alterações estatutárias da Emissora e/ou alterações contratuais das Sociedades ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora e das Sociedades, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora e das Sociedades;

Handwritten signatures and initials.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907588

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora;
- (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
- (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (a) denominação da emissora; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento das debêntures; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;

XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
- (iii) na sede do Coordenador Líder;
- (iv) na CVM; e
- (v) na CETIP;

XVI. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;

XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, o Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que adquirirem, subscreverem ou integralizarem as Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

XVIII. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907589

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Handwritten signature and initials.

Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, bem como todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e

XX. disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado diariamente o cálculo do valor unitário realizado pela Emissora, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br.

8.13.1. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.14. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, em especial a aprovação, ratificação ou possível sustação do vencimento antecipado pela Assembleia Geral de Debenturistas;

II. executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;

III. requerer a falência e/ou insolvência civil da Emissora;

IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

8.14.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (I), (II), (III) e (IV) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas). Na hipótese prevista no inciso (V), o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.14 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Handwritten signature and initials.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

8.15. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas) ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.4. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

9.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas) e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.6. Cada Debênture em Circulação (conforme abaixo definida) conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

9.7. Para os efeitos de fixação de quórum desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures subscritas pelos Debenturistas que ainda não tiverem sido canceladas, resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de até terceiro grau ("Debêntures em Circulação").

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto nas hipóteses em que a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas for realizada pela própria Emissora.

9.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907591

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.11. A fim de otimizar a execução do objeto desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária por parte da Emissora, a Emissora poderá, a qualquer tempo, solicitar a modificação de quaisquer de suas obrigações de caráter estritamente operacional previstas nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária (tais como a elaboração de relatórios, envio de documentação comprobatória etc.), ficando o Agente Fiduciário obrigado a aditar a presente Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Alienação e Cessão, conforme o caso, nos termos propostos pela Emissora, desde que mediante a aprovação prévia de tais modificações por parte de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1. A Emissora neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;

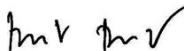
II. tem capacidade jurídica e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, bem como a cumprir todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

III. as pessoas que a representa na assinatura desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária têm poderes bastantes para tanto;

IV. esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária e as obrigações aqui e ali previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

V. a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora ou das Sociedades, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou das Sociedades, exceto pelas Garantias; ou (c) extinção de qualquer desses contratos ou relações jurídicas reguladas por tais documentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou as Sociedades, bem como quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

VI. tem, assim como as Sociedades e as Sociedades Operacionais, conforme o caso, todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas cuja não obtenção não possa causar (i) qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), no negócio, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas das Sociedades e/ou das Sociedades Operacionais, que afete ou possa


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907592

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

afetar as Garantias ou a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão; e/ou (ii) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo e/ou envio de notificação, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado ("Mudança Adversa Relevante");

VII. a Emissora, as Sociedades e as Sociedades Operacionais não possuem quaisquer passivos relevantes que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas;

VIII. as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e das Sociedades relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 representam corretamente a posição financeira da Emissora e das Sociedades naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e das Sociedades de forma consolidada;

IX. as informações fornecidas pela Emissora aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;

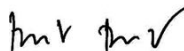
X. não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial da situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora ou das Sociedades, em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;

XI. inexistem (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante na Emissora ou nas Sociedades, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; que possa afetar a capacidade da Emissora ou das Sociedades, conforme o caso, de cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária; ou que possa afetar o valor ou possibilidade de excussão das Garantias;

XII. não há qualquer ligação entre a Emissora, as Sociedades e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

XIII. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;

XIV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907593

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;

XV. está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;

XVI. seus administradores têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;

XVII. tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que o capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;

XVIII. decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos;

XIX. as informações prestadas pela Emissora e pelas Sociedades são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures;

XX. as Sociedades não necessitam de nenhum outro direito minerário para realizar o seu objeto social, nos termos do plano de aproveitamento econômico vigente junto ao DNPM, no curso normal de seus negócios, de forma consistente com as práticas passadas e para se aproveitar economicamente dos Direitos Minerários;

XXI. todos os Direitos Minerários: (i) encontram-se livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus e gravames; (ii) foram constituídos ou adquiridos pelas Sociedades, ou conforme o caso, arrendados pelas Sociedades, em caráter irrevogável e irretratável, em obediência a todos os requisitos previstos na legislação e normas aplicáveis para negócios jurídicos dessa natureza, não estando a constituição, aquisição ou arrendamento dos Direitos Minerários sujeitos a quaisquer encargos, termos ou condições; (iii) foram devidamente outorgados às Sociedades, aprovados, homologados, concedidos, registrados e/ou averbados pelo órgão público competente; e (iv) encontram-se regulares perante o DNPM, incluindo, sem limitação, no que tange às obrigações e prazos de pesquisa, arquivamento e apresentação de relatórios, amostras e coordenadas, início e execução de lavra, arquivamento, observância e execução do plano de lavra;

XXII. as Sociedades obtiveram regularmente todas as autorizações, licenças, concessões e demais aprovações exigidas pela legislação e normas aplicáveis para realizar pesquisas e explorar substâncias minerais nas áreas objeto dos Direitos Minerários;

XXIII. as Sociedades não alienaram, arrendaram, cederam ou transferiram, ou prometeram alienar, arrendar, ceder ou transferir a terceiro, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, temporária ou definitivamente, a titularidade, a posse ou qualquer direito de

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907594

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

usar, gozar, fruir ou dispor dos Direitos Minerários, nem prometeu pagar a terceiro compensações, *royalties* ou participação de qualquer natureza decorrente da exploração dos Direitos Minerários, exceto pela compensação devida aos superficiários nos termos do Código de Minas, exceto conforme previsto nos Contratos de Arrendamento;

XXIV. a condução de atividades relacionadas à exploração dos Direitos Minerários pelas Sociedades foi desenvolvida nos termos da legislação aplicável e substancialmente todas as obrigações, encargos, emolumentos, taxas, tributos ou quantias devidos com relação aos Direitos Minerários foram devidamente pagos, incluindo, mas não se limitando a, Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais ("CFEM"), Taxa Anual por Hectare ("TAH") e compensação devida aos superficiários e arrendante dos Direitos Minerários, e não há qualquer valor pendente até a presente data;

XXV. as Sociedades cumpriram pontualmente, sem qualquer reclamação ou oposição, todos os procedimentos, obrigações, deveres, solicitações, requisições e exigências relacionadas aos Direitos Minerários, impostos nos termos da legislação aplicável e normas aplicáveis ou formuladas por órgãos públicos;

XXVI. não existe em curso, em face da Emissora ou de qualquer das Sociedades, quaisquer ações, processos, procedimentos, arbitragem, inquéritos civis, administrativos ou criminais, atos ou medidas, judiciais, extrajudiciais ou administrativas, de iniciativa de órgãos públicos de qualquer natureza, inclusive DNPM, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério Público Estadual ou Federal, e particulares, que envolvam direta ou indiretamente os Direitos Minerários;

XXVII. as Sociedades têm acesso livre e desimpedido de qualquer oposição às áreas de superfície objeto das lavras atuais dos Direitos Minerários, incluindo-se, sem limitação, as áreas para pilhas de produtos minerais, depósitos de rejeitos, beneficiamento de minérios, movimentação de produtos e acesso às vias de escoamento de produção;

XXVIII. todos os direitos objeto do Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, ou, conforme o caso, de legítima e exclusiva propriedade/titularidade do Garantidor, e estão livres e desembaraçados de quaisquer constrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza;

XXIX. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão da mesma espécie que a presente Emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e

XXX. os livros e registros societários da DS2 encontram-se atualizados e em boa ordem, nos termos da legislação aplicável;

XXXI. os livros societários da DS2 formalizam a correta participação societária da Emissora e do Garantidor na DS2, na forma descrita na Cláusula 6.11.

10.2. A Emissora se compromete a notificar em até 10 (dez) dias úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. RENÚNCIA

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

12.1. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13. ALTERAÇÕES

13.1. Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as Partes.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

14.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.3. Caso seja aplicável, vis-à-vis, onde se leem “acionistas”, “assembleias”, “acordo de acionistas” e termos semelhantes na presente Escritura de Emissão, que normalmente são relacionados a sociedades anônimas, deverão ser entendidos pelas Partes como seus correspondentes “sócios”, “reuniões de sócios”, “acordo de sócios” etc., em se tratando de sociedade limitadas.

14.4. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.

14.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou juízo sobre a



1907596

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

orientação acerca de qualquer fato da Oferta Restrita que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.

14.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

15. FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2015.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes).

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907597

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA
DE AGREGADOS MINERAIS S.A., CELEBRADA EM 17 DE ABRIL 2015 – PÁGINA DE
ASSINATURAS 1/4

EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.


Nome: **Ivo Correia Pereira**
Cargo: **Diretor**


Nome: **Goldwasser Perreira Santos Neto**
Cargo: **Diretor**






Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907598

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA
DE AGREGADOS MINERAIS S.A., CELEBRADA EM 17 DE ABRIL 2015 – PÁGINA DE
ASSINATURAS 2/4

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8




1907599

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA
DE AGREGADOS MINERAIS S.A., CELEBRADA EM 17 DE ABRIL 2015 - PÁGINA DE
ASSINATURAS 3/4

FIGUEIREDO IMOBILIÁRIA LTDA.

Nome: 
Cargo: **Ivo Correia Pereira**
Diretor

Nome: _____
Cargo: _____


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1907600

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA EMPRESA BRASILEIRA
DE AGREGADOS MINERAIS S.A., CELEBRADA EM 17 DE ABRIL 2015 – PÁGINA DE
ASSINATURAS 4/4

Testemunhas:

Alvaro L. R. Cantano
Nome: ALVARO LUIZ DA ROCHA CANTANO
Id.: 013124805-6

Samir Tannus Bittencourt
Nome: SAMIR TANNUS BITTENCOURT
Id.: 11417751-0 FFP/RJ



1907601

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

ANEXO I

Datas Estimadas de Pagamento do Preço de Aquisição aos Credores e Estimativa do Fluxo de Pagamento do Preço de Aquisição

Data		DS2		Uniparto		Consolidado	
		Fixo ¹	Variável ²	Fixo	Variável	Fixo	Variável ²
		1.751.099,49				1.751.099,49	
27/04/2015	abr/15	500.000,00	-	500.000,00	-	1.000.000,00	-
09/05/2015	mai/15	500.000,00	-	500.000,00	-	1.000.000,00	-
08/06/2015	jun/15	500.000,00	-	500.000,00	-	1.000.000,00	-
30/06/2015	jun/15	5.000.000,00	-	-	-	5.000.000,00	-
08/07/2015	jul/15	500.000,00	-	500.000,00	-	1.000.000,00	-
07/08/2015	ago/15	500.000,00	-	500.000,00	-	1.000.000,00	-
		7.500.000,00	1.751.099,49	2.500.000,00	-	10.000.000,00	1.751.099,49

¹ O saldo do Preço de Aquisição Total, no montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ("Saldo do Preço"), será amortizado até 30 de junho de 2015. O saldo devedor, exclusivamente relacionado ao Saldo do Preço, que porventura perdurar após a data de 30 de junho de 2015 será quitado até 30 de setembro de 2015, e ficará sujeito a correção de 2% (dois por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, a partir de 30 de junho de 2015 até o seu efetivo pagamento.

² O Valor Adicional, será pago de acordo com o efetivo recebimento das vendas feitas pela Companhia à Arteris Autopista Fernão Dias a partir da data do Fechamento e caso haja saldo a pagar em 30 de junho de 2015, este saldo poderá ser utilizado em outras obras ou empreendimentos da Sobrenco Engenharia e Comércio Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.453.671/0001-67, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 1155, Conj. 1313, Barra da Tijuca, CEP: 22.631-000.

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907602

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

ANEXO II

Pelo presente instrumento, EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Buenos Aires, nº 68, sala 3.401- parte, Centro, CEP nº 20.070-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.476.221/0001-94, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), **solicita** à PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, CEP nº 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas"), a liberação e transferência de R\$[●] ([●] reais) da Conta Escrow à Conta dos Devedores, nos termos das Cláusulas [●] da Escritura Particular de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Segunda Emissão da Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A. ("Escritura de Emissão"), nos termos abaixo:

[especificar os valores e as contas dos devedores]

A Emissora encaminha, ainda, planilha de cálculo do Preço de Aquisição das Cotas, conforme Anexo A, bem como declaração dos credores que os referidos depósitos quitam as respectivas Parcelas do Preço de Aquisição, conforme Anexo B.

Ato contínuo, a Emissora **declara** para todos os fins de fato e de direito que, até esta data, (i) não está inadimplente com as obrigações previstas na Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação e Cessão Fiduciária; (ii) não ocorreu qualquer das hipóteses de vencimento antecipado descritas na Cláusula [●] da Escritura de Emissão; e (iii) as declarações e garantias apresentadas permanecem válidas e regulares.

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 20[●].

EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

De acordo:

52

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907603

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo:

BANCO MODAL S.A.

Nome:

Cargo:



1907604

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Anexo A

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S A
Nire: 33300305408
Protocolo: 0020151207569 - 17/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 27/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1C4EF8C57B814CAE58222496BD5BE83087EF67E928C1E0EA49B0E6C296CE5086
Arquivamento: ED33000619-000/8



1907605

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Anexo B

Pelo presente instrumento, [CREDOR], [qualificação]; [CREDOR], [qualificação]; [CREDOR], [qualificação]; [CREDOR], [qualificação]; [CREDOR], [qualificação]; [CREDOR], [qualificação]; [CREDOR], [qualificação] (em conjunto, "Credores"); **declaram** para os fins das Cláusulas 6.20.1 e 6.20.2 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Segunda Emissão da Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A. ("Escritura de Emissão"), que:

A) O depósito de valor correspondente à R\$[] ([]), no dia [] de [] de 2015, na conta [dados da conta] quita integralmente à []ª ([]) parcela ("Parcela") devida pela Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A. aos Credores em razão da aquisição de ações representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social da DS2 Engenharia e Comércio S.A. e de 50% (cinquenta por cento) do capital social Uniporito – Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda ("Aquisição");

B) Os valores referentes à Parcela foram corretamente calculados, conforme planilha de cálculo anexa;

C) [A quantia equivalente à R\$[] ([]) relativo às contingências relacionadas ao preço da Aquisição, poderá ser retida pela Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A., sendo que a mencionada retenção (i) encontra-se de acordo com os instrumentos jurídicos que regulam a Aquisição, (ii) não limita, prejudica e/ou impede a declaração de quitação integral dos valores relativos à Aquisição, prestados pelos Credores na forma do item (D) abaixo;]

D) Uma vez efetuado o depósito referido no item (A) acima, os Credores outorgam à Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A. a mais ampla, plena, total, irrevogável e irrestrita quitação com relação a todos os direitos, deveres e obrigações em relação à [Parcela/Aquisição], para nada mais reclamarem ou receberem da Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A., seja a que título e tempo for com relação à [Parcela/Aquisição]

[•], [•] de [•] de 20[•].

[CREDOR]



1907606

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, DA SEGUNDA EMISSÃO DA
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[CREDOR]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[CREDOR]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[CREDOR]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[CREDOR]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[Handwritten signatures and initials]